



PÂMELA DE SOUZA HADDAD FERREIRA

**DILEMAS DE PERMANÊNCIA ENFRENTADOS PELOS
TRABALHADORES-ESTUDANTES DOS CURSOS DE
DIREITO E PEDAGOGIA**

**LAVRAS-MG
2023**

PÂMELA DE SOUZA HADDAD FERREIRA

**DILEMAS DE PERMANÊNCIA ENFRENTADOS PELOS TRABALHADORES-
ESTUDANTES DOS CURSOS DE DIREITO E PEDAGOGIA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para obtenção do título de Bacharel.

Profa. Dra. Nathália de Fátima Joaquim

Orientadora

**LAVRAS-MG
2023**

PÂMELA DE SOUZA HADDAD FERREIRA

**DILEMAS DE PERMANÊNCIA ENFRENTADOS PELOS TRABALHADORES-
ESTUDANTES DOS CURSOS DE DIREITO E PEDAGOGIA
PERMANENCE DILEMMAS FACED BY WORKERS-STUDENTS IN LAW AND
PEDAGOGY COURSES**

Monografia apresentada à Universidade
Federal de Lavras, como parte das exigências
do Curso de Administração Pública, para
obtenção do título de Bacharel.

Profa. Dra. Nathália de Fátima Joaquim
Orientadora

**LAVRAS-MG
2023**

AGRADECIMENTOS

À Nathália, pela orientação inquestionável, pela organização, paciência e estar sempre disponível e disposta a me auxiliar. Por ter acreditado na minha capacidade e me dado confiança para seguir em frente. Muito obrigada!

Aos meus pais, Patrick e Daniella, por sempre acreditarem em mim e me apoiarem.

Ao meu namorado, Igor, por todo apoio, paciência e incentivo.

Ao meu tio, Petterson, por sempre acreditar em mim e me mostrar que sou capaz, obrigada pelo apoio sempre!

Aos meus amigos da Universidade. Obrigada por compartilharem esse momento junto comigo.

A minha amiga de sempre, Sofia, obrigada pelo apoio e por estar sempre disponível para me ajudar e por me acompanhar durante todo o ensino médio e graduação.

A todos, muito obrigada por fazerem parte desta conquista!

RESUMO

Este trabalho busca compreender os dilemas de permanência enfrentados pelos trabalhadores-estudantes no ensino noturno, por meio da análise, em específico, dos cursos de Direito e Pedagogia de uma Instituição Federal de Ensino Superior do Sul de Minas Gerais. Esse trabalho se caracteriza como um estudo de caso. Para tanto, utilizou-se de uma abordagem predominantemente qualitativa, a partir de questionários semiestruturados e a interpretação de dados foi feita a partir da Análise de Conteúdo que, em suma, pode ser compreendida por três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (SILVA; FOSSÁ, 2015). Os resultados obtidos revelaram que o trabalhador-estudante enfrenta dificuldades de permanência na educação, dentre as quais, destacam-se o cansaço físico e mental, a dificuldade em conciliar o trabalho com a sobrecarga das atividades exigidas na faculdade, à falta de disciplinas eletivas no período noturno, problemas com transporte, alimentação, moradia e dificuldades em cumprir atividades extracurriculares. Não obstante, essas dificuldades são exibidas nos números de exclusão e evasão nas universidades. Após o ingresso do estudante na universidade, é necessário propiciar condições para sua permanência e conclusão do processo de formação acadêmico. Entretanto, continuam a enfrentar dificuldades, que até certo ponto, os distanciam dos demais estudantes, exigindo ainda mais dessa classe trabalhadora. Neste sentido, as iniciativas de assistência estudantil em prol da permanência desses estudantes nas universidades fazem-se fundamentais. Além de medidas conjuntas entre a universidade e os professores que visem facilitar a permanência, são necessárias políticas públicas que caminhem junto à educação, a fim de que, o estudante permaneça e conclua sua graduação.

Palavras-chave: Dilemas. Permanência. Trabalhadores-estudantes. Assistência estudantil.

ABSTRACT

This work seeks to understand the permanence dilemmas faced by workers-students in night education, through the analysis, in particular, of the Law and Pedagogy courses of a Federal Institution of Higher Education in the South of Minas Gerais. This work is characterized as a case study. For this purpose, a predominantly qualitative approach was used, based on semi-structured questionnaires and data interpretation was carried out using Content Analysis, which, in short, can be understood in three phases: 1) pre-analysis, 2) material exploration and 3) treatment of results, inference and interpretation (SILVA; FOSSÁ, 2015). The results obtained revealed that the student worker faces difficulties in permanence in education, among which, physical and mental fatigue, the difficulty in reconciling work with the overload of activities required in college, the lack of electives at night, problems with transportation, food, housing and difficulties in carrying out extracurricular activities. Nevertheless, these difficulties are shown in the numbers of exclusion and evasion in universities. After the student enters the university, it is necessary to provide conditions for their permanence and completion of the academic training process. However, they continue to face difficulties, which, to a certain extent, distance them from other students, demanding even more from this working class. In this sense, student assistance initiatives for the permanence of these students in universities are essential. In addition to joint measures between the university and professor that aim to facilitate permanence, public policies are needed that go hand in hand with education, so that the student remains and completes his graduation.

Keywords: Dilemmas. Permanence. Student workers. Student assistance.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	9
2.2 O TRABALHO-ESTUDANTE	14
2.3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	16
3. METODOLOGIA	19
4. ANÁLISE DE DADOS	21
4.1 Os respondentes.....	21
4.1.1 Direito	21
4.1.2 Pedagogia	23
4.2 Desenvolvimento cultural e a elitização brasileira	26
4.2.1 Direito	26
4.2.2 Pedagogia	28
4.2.3 Comparação entre os cursos para a categoria desenvolvimento cultural e elitização brasileira 29	
4.3 Dificuldades do trabalhador-estudante para permanecer na universidade.....	30
4.3.1 Direito	30
4.3.2 Pedagogia	32
4.4 Importância da assistência estudantil para permanência do trabalhador-estudante	33
4.4.1 Direito	33
4.4.2 Pedagogia	34
4.4.3 Comparação entre os cursos para a categoria dificuldades do trabalhador-estudante para permanecer na universidade e a importância da assistência estudantil para permanência do trabalhador-estudante	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERENCIAS	39
ANEXO A – Roteiro de Perguntas.....	43

1. INTRODUÇÃO

Com a recente democratização do ensino superior no Brasil, a efetivação dos direitos dos cidadãos se mostra bastante fragilizada. Assim, o país ao defender um discurso democrático, que não ecoa no cotidiano dos indivíduos, se insere no mundo globalizado de forma paradoxal. Não obstante, essa fragilidade pode ser percebida na dificuldade de permanência na educação, em que os números de exclusão e evasão mostram uma realidade preocupante.

O ensino superior no Brasil sofreu diversas mudanças ao longo dos anos, e o surgimento do ensino superior noturno, trouxe uma alternativa para que trabalhadores pudessem estudar (FURLANI, 2001). Entretanto, as instituições de ensino ainda, enfrentam dificuldades para democratizarem o ensino que atenda às classes trabalhadoras (MARANHÃO, J; VERAS. R, 2017).

A assistência estudantil é fundamental para criar oportunidades e condições de permanência e conclusão do curso para muitos universitários. Além de recursos financeiros, restaurantes universitários ou moradia, a assistência estudantil deve ser ampliada, para que de fato, a universidade esteja comprometida com a permanência de qualidade na educação superior (FONAPRACE, 2012).

Esta pesquisa se insere nesta discussão. Após o ingresso do estudante na universidade, é necessário propiciar condições para sua permanência e conclusão do processo de formação acadêmico. Objetiva-se, desta maneira, identificar os dilemas enfrentados pelos trabalhadores-estudantes para permanecer no ensino superior noturno, dos cursos de Direito e Pedagogia de uma Instituição Federal de Ensino Superior do Sul de Minas Gerais. Para isto, serão analisados o desenvolvimento cultural e a elitização brasileira, as dificuldades do trabalhador-estudante para permanecer na universidade e a importância da assistência estudantil para a permanência dos estudantes participantes. Afinal, para permanecer na universidade, um longo caminho é percorrido, e esse grupo de trabalhadores-estudantes possuem aspectos específicos que precisam ser supridos para que possam permanecer no ambiente acadêmico.

É importante destacar que a escolha pelos cursos de Direito e Pedagogia é provocativa. O Direito é um curso imperial (VARGAS, 2010) e ambos são cursos com maior número de matrículas nos últimos 10 anos no Brasil (CENSO EDUCAÇÃO, 2019).

Outro fator relevante é que, segundo uma pesquisa feita em 2020 pelo Instituto Semesp (Secretaria de Modalidade Especializadas de Educação) cerca de 40,3% dos alunos matriculados em instituições de ensino superior públicas trabalha enquanto avançam nos estudos. Para a elaboração do estudo citado, o instituto utilizou fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dados do Censo da Educação de 2018, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2019. De acordo com o IDados de 2019, cerca de 924 mil alunos do ensino público possuíam essa dupla jornada, tornando a permanência dos trabalhadores-estudantes no ensino superior cada vez mais remota (PEDUZZI, 2020).

Diante disso, a pergunta que orienta este estudo é: quais são os dilemas enfrentados pelos trabalhadores-estudantes para permanecer no ensino superior noturno, dos cursos de Direito e Pedagogia da Instituição Federal de Ensino Superior em questão? Para respondê-la, esta pesquisa tem caráter qualitativo, porque interessa o contato direto com os sujeitos desta pesquisa (trabalhador-estudante dos cursos de Direito e Pedagogia da Instituição Federal de Ensino Superior em questão). Nos questionários, foi utilizado um roteiro semiestruturado, que abrange aspectos históricos que refletem na atual realidade do estudante, as dificuldades enfrentadas ao conciliar o trabalho com os estudos e a importância da assistência estudantil para a sua permanência no ensino superior, entre outros.

Esta pesquisa é composta por esta introdução, que apresenta à temática, os objetivos e a justificativa deste trabalho; pelo referencial teórico, que evidencia o desenvolvimento da educação no Brasil e os reflexos elitistas na sociedade atual, as dificuldades enfrentadas pelo trabalhador-estudante e a importância da assistência estudantil; pela metodologia, que é composta por um estudo de caso e define como foi realizada a pesquisa para se chegar aos objetivos; pela análise de dados, que discute as dificuldades históricas e presentes para a permanência dos entrevistados e pelas considerações finais, que apontam a necessidade de criação de condições de permanência para que os trabalhadores-estudantes permaneçam na universidade e concluam os seus cursos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, as primeiras escolas de ensino superior foram fundadas e ao final do século XIX elas já contavam com cerca de 10.000 estudantes divididos em 24 instituições de ensino superior (TEIXEIRA, 1969).

Durante os anos de 1808 a 1889, a sociedade brasileira estava incluída em um sistema de prestígio social, no qual o ensino assegurava um diploma profissional, que incumbia em posições privilegiadas no mercado de trabalho (SAMPAIO, 1991).

As faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo, surgiram em 1827 e só era permitido ingressar nessas universidades, alunos que já frequentavam os chamados colégios tradicionais, que eram escolas clássicas, frequentadas somente pelos nobres e ricos da época. A Elite brasileira dominava as universidades e as suas formações eram caracterizadas pela alta seletividade dos cursos, que formam profissionais de destaque no mercado de trabalho. Assim como o sistema de ensino superior, a sociedade brasileira sofre pequenas e lentas transformações econômicas e sociais, enraizado no sistema elitista e privatizado (SAMPAIO, 1991).

No Brasil, a educação jurídica desenvolveu-se em nível de graduação, criando um prestígio social que permeia a área até os dias atuais. Em todo o mundo, o Brasil é o país que possui o maior número de faculdades de Direito, de acordo com o Ministério de Educação (MEC), chegando a 1.153 cursos jurídicos de nível superior (MONTEIRO, M; VALENTE, F, 2014).

Com a chegada dos portugueses ao Brasil, a burocracia da metrópole colonial e do vice-reino se manifestam de forma absoluta, assim como a chegada do cartorialismo, enviada pelo sistema colonial português para contabilizar as riquezas, impor duras repressões e cuidar para que a ordem pública fosse imposta. O economista Leo Janoti, relaciona esse fenômeno que reflete até os dias atuais, como à “lei da vantagem”, que se arrasta nos privilégios e injustiças sociais (PEDRO, 2015).

Até 1827, os juristas brasileiros eram formados na faculdade de Coimbra, em Portugal. Quando as Faculdades de Direito no Brasil foram criadas, os reflexos dos pensamentos coimbrenses permearam de forma absoluta até 1870, quando importantes mudanças sociais

passam a alterar o cenário brasileiro, como a abolição da escravidão, reformas política, administrativa, eleitoral, no ensino e no sistema judiciário (FREIRE, 2020).

Os cursos jurídicos foram criados após a Independência e a construção do Estado nacional brasileiro, marcado principalmente pela construção do aparato legislativo distinto ao herdado pela Coroa portuguesa (CABRAL, D; GABLER L; e PONTES, S, 2017).

Os primeiros cursos criados foram de Medicina, Direito e Engenharia, nomeados de profissões imperiais, reflete diretamente nos dias atuais, sendo os cursos com maior prestígio em nossa sociedade (VARGAS, 2010). Em ressalva, sobre o curso de Direito, que está entre os mais procurados no Brasil, pode se dar por dois fatores culturais: o status de ser “doutor” e o almejo de um concurso público e estabilidade profissional (HOPER EDUCACIONAL, 2006).

Neste contexto histórico, é importante destacar que o ensino superior dependia da capacidade de investimento do governo e de suas políticas, e as poucas instituições públicas que existiam antes da proclamação da república em 1889, eram limitadas às profissões liberais, em faculdades isoladas. Naquela época, para ingressar nos cursos de ensino superior, os alunos precisavam ter, no mínimo, 16 anos e passar por diversos exames preparatórios (MARTINS, 2002).

A Constituição da República (1891) possibilitou a criação de estabelecimentos de ensino superior, por parte da iniciativa privada, dirigida pelas elites locais e vinculadas a Igreja Católica. Assim, em oposição ao modelo de instituição isolada, surgiram diversos críticos a essa ideia de universidade, entre eles, a elite intelectual laica, que defendia um modelo de universidade pública (MARTINS, 2002).

Assim, o período de 1931 a 1945 caracterizou-se pela intensa disputa entre dois modelos: de um lado, a liderança católica, que era composta pela Igreja e pela elite local, que buscava o controle da educação para manter seus privilégios sociais. E, de outro, a elite intelectual laica, ou liderança laica, que defendia o ensino igualitário e o surgimento da institucionalização da pesquisa no âmbito universitário. A partir de 1945 surgiu o movimento estudantil e de jovens professores, na luta pela defesa do ensino público e da reforma de todo o ensino superior, principalmente pelo caráter elitista da universidade (MARTINS, 2002).

A partir daí, a Educação Superior no Brasil, que antes se limitava somente a formação de médicos, advogados e engenheiros, começou a se desenvolver como uma educação universitária (SAMPAIO, 1991).

Dos anos 60 aos anos 80, teve um grande aumento de estudantes ingressantes no ensino superior no Brasil. Essa expansão trouxe o mais amplo processo de transformação nas universidades a partir de 1980, uma vez que, a procura por universidades que antes era destinado a alta classe social, passa a ser composto por jovens advindos de famílias que não possuíam o histórico de formação superior. Além de pessoas mais velhas em busca de melhores condições de vida e também por mulheres, realizando cursos que anteriormente eram frequentados principalmente por homens (SAMPAIO, 1991).

Em “A ideologia alemã”, Karl Marx (1945) aponta a necessidade do sistema capitalista em manter a ordem ideológica que está em curso: a exploração da classe trabalhadora pela burguesia. Quando a classe trabalhadora ingressou no ensino superior, um grande paradigma foi rompido. Entretanto, a democratização do ensino superior ainda possui visíveis desafios a serem enfrentados, principalmente por essa classe trabalhadora. (PORFÍRIO, 2019)

A desigualdade social no Brasil é histórica e remonta à invasão portuguesa e o regime de escravidão instalado no país. Mesmo com a abolição da escravatura em 1888, as desigualdades assumiram recortes da classe social, religiosidade, idade, gênero, etnia, sexualidade e raça (PORFÍRIO, 2019).

O Brasil encontra-se entre os países com alto índice de desigualdade social e a fragilidade do sistema de ensino público, é fator primordial para isso. Grande parte da população não tem acesso a uma educação de qualidade, limitando o acesso ao mercado de trabalho e ao seu exercício de cidadania. (PORFÍRIO, 2019).

Apesar disso, um longo caminho ainda seria percorrido. Na década de 1990, em um estudo realizado, por Ruth Cardoso e Helena Sampaio foi constatado que cerca de 12% das matrículas das instituições privadas de ensino superior e 11% das matrículas em instituições públicas de ensino superior, eram de estudantes advindos de famílias que possuíam renda de até 6 salários mínimos. Por outro lado, o número de estudantes de famílias que possuíam renda superior a 10 salários mínimos ultrapassava os 60%, tanto no setor público, quanto no privado (MARTINS, 2002).

Em 1988, a Constituição Federal do Brasil (1988) propiciou um marco histórico na educação do Brasil, ao incluir no capítulo III os seguintes artigos:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania. Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (i) igualdade de condições

para o acesso e permanência na escola; (ii) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; (iii) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; (iv) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (v) valorização dos profissionais de ensino garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público com o piso salarial profissional e ingresso exclusivamente em concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União; (vi) gestão democrática do ensino público, na forma da lei; (vii) garantia de padrão de qualidade.

O contingente expressivo de alunos de nível superior provenientes de classes sociais mais altas evidencia que, membros da classe popular não possuem igualdade de oportunidades no ingresso ao ensino superior, independente de ser público ou privado, devido às deficiências no ensino fundamental e aos problemas sociais enfrentados por eles ao longo de sua trajetória escolar (MARTINS, 2002).

O privilégio da classe elitista se estende até os dias atuais, e um dos principais desafios é garantir o acesso, e permanência da classe popular brasileira. Nos últimos anos, principalmente a partir dos anos 2000, surgiram novas proporções no acesso ao ensino superior. A entrada da classe popular na universidade significou uma nova democratização do ensino superior (TORRES L; SOUZA A; SOUZA A e ISTOE, R.).

Neste contexto, é importante destacar, como defende Bourdieu (1998a), que a “escolha do destino” (Bourdieu, 1998a) ou a “causalidade do provável” (Bourdieu, 1998b) faz com que muitos estudantes sequer cogitem a possibilidade de estudar em uma instituição de ensino superior pública, essa “auto exclusão” é fruto de uma avaliação sobre suas chances de ingresso em uma universidade pública, dada a concorrência social e culturalmente desigual.

Em 1911, os exames para ingressar nas universidades tornaram-se obrigatórios, e as instituições passaram a realizar as provas em duas etapas, uma dissertativa e outra, oral. Por fim, em 1915, surgiu o vestibular e em 1960 as provas para universidades federais do país passaram a acontecer no mesmo dia (UNIT, 2020).

A demanda passou a ser tão grande, que alguns exames eram realizados nas arquibancadas de estádios de futebol. Na tentativa de resolver o excesso de candidatos, em 1970 foi criada a Comissão Nacional do Vestibular Unificado, com objetivo de organizar o sistema em todo o país. Entretanto, alguns vestibulares eram realizados de forma descentralizada, ou seja, cada instituição formulava e aplicava sua própria prova (UNIT, 2020).

Por fim, em 1998 surgiu o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que inicialmente era utilizado pelo MEC (Ministério da Educação) como ferramenta para avaliar a qualidade do ensino em todo país. E a partir de 2009, as instituições passaram a utilizar o exame como critério para o ingresso no Ensino Superior. (UNIT, 2020)

Com a implementação de políticas públicas de acesso à educação superior, como o REUNI, PROUNI, SISU e as Cotas, o acesso da classe popular nas universidades públicas, colocou em evidência um grande avanço no processo sócio-histórico do ensino superior brasileiro. Além disso, é importante ressaltar que a evolução da educação no ensino superior no Brasil, é um reflexo de todas as reivindicações e lutas populares, organizados pela sociedade, professores e organizações estudantis (SANTOS 2009).

Nesse sentido, cabe destacar que o processo de acessar o ensino superior pela classe popular, a quem Souza (2009) denomina “ralé brasileira”, parte da competição social que se inicia antes mesmo do nascimento, a desigualdade é construída na socialização familiar. Além disso, ele diz que o indivíduo só é considerado parte da sociedade quando ele passa a incorporar conhecimento, e mais uma vez, esse conhecimento é completamente distinto, uma vez que, o conhecimento da classe média é legitimado, valorizado, com cursos de pós-graduação e cursos de línguas, que dão origem aos médicos, advogados, professores universitários, juízes, e toda essa classe privilegiada. A ralé, diferente da classe dominante, não recebe estímulos educacionais e conseqüentemente se vê a mercê no mercado de trabalho (SOUZA, 2009).

Nesse sentido, é importante destacar que a classe trabalhadora/popular ficou de fora da educação por um longo período, segundo Arroyo (2004) era normal não haver espaço para a classe trabalhadora e produtiva nas universidades brasileiras. O surgimento de cursos superiores noturnos, principalmente a partir da segunda metade do século XX, por volta dos anos de 1960, foi o que possibilitou aos trabalhadores estudantes e aos estudantes trabalhadores frequentarem o Ensino Superior.

O Ensino Superior noturno, desde o seu surgimento no Brasil, tem se apresentado como uma alternativa mais viável de acesso para os trabalhadores-estudantes (FURLANI, 2001), o que faz com que a classe popular, muitas das vezes na tentativa de melhorar sua qualidade de vida, buscar pelo ingresso em universidades, tendo que conciliar o trabalho com os estudos, e sem qualquer suporte para isso.

Porém, a garantia de acesso nem sempre se traduz em condições adequadas de permanência. Diante disso, no próximo tópico, serão discutidas as dificuldades enfrentadas por trabalhadores-estudantes para acessar e permanecer no ensino superior.

2.2 O TRABALHOR-ESTUDANTE

Como já apontado anteriormente, o ensino superior no Brasil sofreu diversas mudanças ao longo dos anos, entre elas, a inserção de estudantes de baixa renda nas instituições de ensino que necessitam trabalhar para prover o seu próprio sustento e/ou de sua família (COMIN; BARBOSA, 2011).

O trabalho na vida acadêmica do estudante, o leva a estar entre duas vertentes, sendo elas a do trabalhador estudante e a do estudante trabalhador. Essas situações são bastante divergentes entre si, uma vez que o trabalhador-estudante equilibra o estudo e o trabalho, mas prioriza o trabalho, uma vez que depende do seu provento para se sustentar e/ou sustentar sua família e o estudante-trabalhador, também estuda e trabalha, contudo, sua prioridade são os estudos e ele poderia abrir mão do seu emprego, caso os estudos lhe demandem maior dedicação (PAULA; VARGAS, 2013).

No caso desta pesquisa, o foco principal é o trabalhador-estudante, que necessita trabalhar enquanto estuda por diversos motivos, sendo eles, necessidade financeira, para cumprir a grade curricular ou adquirir novas experiências práticas. Dessa forma, muitas vezes o estudante precisa diminuir sua dedicação nas atividades acadêmicas para trabalhar (CARDOSO; SAMPAIO, 1994).

O surgimento dos cursos superiores noturnos abriu as portas para que o trabalhador-estudante pudesse ingressar nas universidades, contudo, embora tenham surgido nos anos de 1960, as instituições de ensino ainda hoje, enfrentam dificuldades para democratizarem o ensino que atenda às classes trabalhadoras (MARANHÃO; VERAS, 2017).

Por um longo período de tempo, o ensino noturno ficou restrito ao setor privado da educação, e ainda hoje, diferente do período diurno, é pouco conhecido nas universidades federais brasileiras. A visão de mundo dos indivíduos que estudam a noite se revela com muita heterogeneidade, as histórias de vida, a sua relação com o mundo do trabalho, as experiências anteriores no Ensino Fundamental e Médio, a situação de classe social os faz ter diferentes objetivos para a formação acadêmica e moldam sua visão de sociedade. (MARANHÃO; VERAS, 2017).

Em 2009, a partir da adesão do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), houve um expressivo aumento na oferta dos cursos noturnos. De acordo com os dados da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, contidos na Plataforma Integrada para a Gestão das Universidades Federais (PingIfes), o aumento de matrículas no período de 2006 a 2009 ocorreu em 50 das 55 universidades federais implantadas até 2009. Além disso, em 2006, essas universidades apresentavam em seu total, 139,3 mil matrículas no período noturno, e em 2009 esse número subiu para 183,6 mil, representando um acréscimo de 44,3 mil ingressos de alunos (LORENZONI, 2011).

Esse programa foi criado pelo governo federal, com o objetivo de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, p.10).

Entretanto, é importante observar que mesmo com esses avanços, a criação de cursos noturnos e a inserção de jovens de classes populares na universidade não garantem uma inclusão social e permanência bem sucedida. Outro aspecto importante é o fato do estudante se ver sem muitas opções nos cursos noturnos, e tendo que realizar algum deles mesmo não sendo o de sua maior aptidão. Existe uma grande negligência nas políticas públicas de ensino superior noturno, sobretudo as do público trabalhador (TERRIBILI FILHO; NERY, 2009; VARGAS; PAULA, 2013).

Um dos principais desafios do trabalhador estudante, além de conciliar o trabalho e os estudos, é de garantir uma permanência bem sucedida, ou seja, aproveitar ao máximo todo conhecimento e oportunidades que a graduação pode oferecer. Desde o aproveitamento nos conteúdos das disciplinas até a inserção em núcleos de estudos e empresas juniores, uma vez que, muitas das vezes os horários correspondem aos horários de trabalho do estudante (MARANHÃO; VERAS, 2017).

Evitar o cansaço físico e mental é um dos principais desafios de quem precisa conciliar o emprego com os estudos, e devido a isso, muitas pessoas desistem da formação superior. Estudar é um excelente investimento para o futuro, contudo, diante das dificuldades enfrentadas, nem sempre será prioridade para as pessoas que precisam trabalhar, justificando o alto índice de evasão nas universidades (MORAIS, 2021).

A democratização da educação superior e a inclusão das camadas subalternizadas, ainda demanda um longo caminho. Embora, cerca de 40,3% da população brasileira

trabalham enquanto estudam (PEDUZZI, 2020) as políticas públicas e a legislação brasileira não contemplam essa parcela da população da forma como deveria. Assim, dificultando cada vez mais a permanência desses indivíduos na universidade, e com a escassez de políticas públicas e a falta de esforços para tal, implicando no alto índice de evasão dos cursos superiores (MORAIS, 2021).

Desse modo, é evidente a importância de legislações e assistência estudantil na garantia da permanência acadêmica dos trabalhadores-estudantes. Mesmo com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que viabiliza a igualdade de oportunidades entre os estudantes, é importante ressaltar que não existem muitos esforços e legislações que protejam essas pessoas (SALEIRO 2011).

Diante disso, no próximo tópico, será abordado como a política de assistência estudantil interfere no processo de formação em nível superior e sua importância para a permanência do trabalhador-estudante no âmbito universitário.

2.3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Ao longo dos anos, observamos ações e programas governamentais que atuam na expansão e interiorização do ensino superior. Através de um conjunto de políticas públicas, houve um crescimento no número de matrículas nos cursos de graduação, entretanto, a permanência dos estudantes na universidade pública ainda é um problema (ZAGO; PAIXÃO; PEREIRA, 2016).

A política de assistência estudantil surgiu a partir de um processo de lutas dos movimentos sociais e estudantis, construído ao longo dos anos, e condicionado pelo contexto político, social e econômico. No início da década de 1920 do Século XX, surgiram as primeiras ações legislativas, com a implementação da Casa do Estudante Brasileiro, em Paris. A moradia era voltada para as classes mais altas da sociedade, destinada a filhos da elite brasileira que estavam estudando na França, e tinham algumas dificuldades para se manter fora do país (FONAPRACE, 2012).

Na década de 1930, ocorreu à inauguração da Casa do Estudante do Brasil, situada no Rio de Janeiro, com objetivo de fornecer auxílios a alunos necessitados, através de assistência alimentar, médica e dentária, fornecimento de materiais escolares entre outras ações. A partir da homologação do artigo 157 da Constituição Federal de 1934, a educação passou a ser regulamentada pelo Estado, e reconhecida como direito de todos os cidadãos brasileiros. Em

1937 foi criada a União Nacional dos Estudantes – UNE, apoiada pelo Ministério da Educação e em 1961 com a sanção da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, a assistência estudantil passa a ser determinada como um direito dos estudantes (FONAPRACE, 2012.)

Entre as décadas de 1950 e 1970 iniciou-se uma expansão na educação superior, e o número de matrículas na universidade aumentou. Ainda na década de 1970, foi implementado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), que fornecia programas de assistência aos estudantes, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, proporcionavam Bolsas de Trabalho, Bolsas de Estudo, programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica (Ramalho, 2013, p. 28). Em 1980, o DAE foi extinto, e as ações fragmentadas em cada instituição de ensino.

O surgimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil busca reduzir as taxas de evasão nos cursos de graduação, através da ampliação nas condições de permanência dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica (FONAPRACE, 2012). Essa conquista foi à consolidação de uma luta histórica em prol da garantia da assistência estudantil, advindos de esforços coletivos de docentes, discentes e dirigentes que buscaram por um direito social voltado a igualdade de oportunidade para todos os estudantes do ensino superior público (VASCONCELOS, 2010).

Em 2007, surgiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), acontecimento de suma importância para o movimento de assistência estudantil, que prevê uma grande ampliação de políticas nessa área. Com a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), objetiva-se garantir que haja condições necessárias para que os discentes permaneçam e concluam os cursos, de forma a reduzir as desigualdades socioeconômicas, através dos programas de assistência estudantil (FONAPRACE, 2012).

A assistência estudantil é fundamental para criar oportunidades e condições de permanência e conclusão do curso para muitos estudantes universitários. É importante ressaltar que historicamente, as constantes lutas e mobilizações que foram capazes de mobilizar ações voltadas à assistência estudantil (RADAELLI; ESTRADA, 2013).

Nesse sentido, quando se trata de assistência estudantil, para o FONAPRACE (2012), vai além de recursos financeiros, restaurantes universitários ou moradia estudantil. A fim de

democratizar o acesso ela deve ser ampliada para que a universidade seja, de fato, comprometida com a permanência de qualidade na educação superior.

A permanência na educação superior pública no Brasil reflete ao contexto de desigualdades históricas. De acordo com Santos (2009), a permanência simbólica é a identificação com os demais universitários, sentimento de pertencer à comunidade e ser reconhecido como parte dela. E de acordo com Chaves (2018), quando o estudante possui o sentimento de não pertencimento, sua decisão de abandonar o curso é influenciável, indo além da questão material.

Por meio de programas como o Sistema ENEM/SISU, o REUNI e a Lei de Cotas, foi possível expandir as universidades e ampliar o processo de democratização do acesso e permanência no Ensino Superior. Apesar desse progresso, a assistência estudantil não abrangem a totalidade do público-alvo, sendo necessárias diversas ações nesse campo (DUTRA; SANTOS, 2017).

A insuficiência de serviços aos estudantes pode impactar em aspectos psicológicos e sociais, sendo prejudiciais para a formação escolar e acadêmica. Investir esforço em políticas educacionais, apenas, traz a errônea ideia de que todas as necessidades da população estão sendo atendidas, contudo, essas políticas são alinhadas para resolver problemas estruturais capitalizados e não as desigualdades sociais (DUTRA; SANTOS, 2017).

Assim, cabe destacar que a Política de Assistência Estudantil é responsável por articular melhores formas de atender os estudantes universitários e suas demandas, por meio de parcerias com os demais setores para identificar, prestar assistência e inclusão de grupos em vulnerabilidade para que possam dar continuidade aos seus estudos (ALVES; NASCIMENTO; SOUSA; SANTOS, 2022). Diante do exposto, no tópico a seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa.

3. METODOLOGIA

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, qual seja compreender os dilemas enfrentados por trabalhadores-estudantes para permanecer no ensino superior noturno dos cursos de Direito e Pedagogia de uma Instituição Federal de Ensino Superior do Sul de Minas Gerais, optou-se por realizar um trabalho de natureza qualitativa. Conforme Godoy (1995), a pesquisa qualitativa oferece um leque de possibilidades para se estudar fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrigantes relações sociais, que se estabelecem em diversos ambientes.

Nesta perspectiva, reconhece que um fenômeno para ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual faz parte, é preciso ser analisado sob uma perspectiva integrada. Assim, a pesquisa assume um caráter exploratório, permitindo ao pesquisador aprimorar suas ideias através de entrevistas e/ou aplicação de questionários com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado. Dito isso, este trabalho se caracteriza como um estudo de caso, e a coleta de dados foram feita por meio de questionários semiestruturados, ou seja, as questões foram previamente estabelecidas, a partir do referencial teórico que as fundamenta (ANEXO A).

Para que não houvesse qualquer inferência, os participantes foram acidentalmente escolhidos. Portanto, foi utilizado o método conhecido como bola de neve. Este último permite que populações pouco conhecidas sejam alcançadas utilizando redes de referências e indicações. Ou seja, os primeiros participantes indicam outros participantes, que sugerem outros, até que haja saturação na amostra, também denominado de onda zero (DEWES, 2013; VINUTO, 2014). A amostragem se deu por acessibilidade, amostra não probabilística, portanto. Doze sujeitos responderam ao questionário, tendo seus nomes alterados no trabalho para preservá-los. Os questionários foram respondidos no mês de junho de 2022. Todos eles foram realizados através de uma pesquisa feita pelo Google Forms, com tempo médio de resposta de 10 a 15 minutos.

A interpretação dos dados foi feita a partir da Análise de Conteúdo que, segundo Bardin (2011, citada por CÂMARA, 2013, p. 183), “envolve a leitura “flutuante”, ou seja, um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, a escolha deles, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material”. Em suma, ela pode ser compreendida em

três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (SILVA; FOSSÁ, 2015).

Neste estudo, o critério utilizado para agrupar estas informações, transformando estes agrupamentos em categorias foi por meio da identificação objetiva de características das mensagens. Neste critério, atenta-se ao significado do objetivo do estudo. As categorias foram construídas *a priori*, com base no referencial teórico: “desenvolvimento cultural e a elitização brasileira”, “dificuldades do trabalhador-estudante para permanecer na universidade” e “importância da assistência estudantil para permanência do trabalhador-estudante”. E, de acordo com os dados coletados, as categorias definidas a partir do referencial teórico foram mantidas.

A categoria “desenvolvimento cultural e a elitização brasileira” refere-se às dificuldades e a elitização da sociedade brasileira durante a trajetória no desenvolvimento da educação superior. Diz respeito também, a como esse processo afetou o ingresso e permanência do estudante nas universidades. A categoria “dificuldades do trabalhador-estudante para permanecer na universidade” refere-se às dificuldades que o trabalhador-estudante enfrenta para permanecer na graduação, conciliando o trabalho com os estudos. Já na categoria “importância da assistência estudantil para permanência do trabalhador-estudante” serão analisadas as ações e programas de assistência estudantil, e a importância delas para a permanência do trabalhador-estudante no ensino superior e, ainda, se o fato de o trabalhador acessar o ensino superior é garantia de sua formação.

Por fim, é importante destacar que a análise de dados, tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que, conforme Silva e Fossá (2015) capta conteúdos manifestos e latentes, a análise foi feita de forma segmentada, por curso de graduação.

4. ANÁLISE DE DADOS

4.1 Os respondentes

4.1.1 Direito

No curso de Direito, seis sujeitos responderam ao questionário. Destes, quatro são trabalhadores-estudante, e dois são estudantes-trabalhadores. Eles são apresentados a seguir:

Paloma: uma mulher que está cursando o nono período. Durante todo o seu ensino, frequentou escola privada. Sempre teve o sonho de cursar Direito, seus pais possuem somente o Ensino Médio completo, então sempre foi incentivada a se formar no ensino superior. Aos 19 anos passou a morar sozinha, e foi preciso conciliar o trabalho com os estudos, se enquadrando como uma trabalhadora-estudante. Apesar de o emprego lhe possibilitar novos aprendizados e promover seu sustento, uma de suas maiores dificuldades é conciliar a sobrecarga das atividades da faculdade com seu trabalho. Ela não se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nem requer qualquer auxílio da universidade, mas acredita que esses não são suficientes para garantir que a formação dos estudantes seja facilitada. Por ser uma aluna do ensino noturno, acredita que é necessário uma maior compreensão por parte dos professores, e uma flexibilização de horários, abono de faltas e reposição de atividades. Para ela, apesar do curso noturno abrir portas para que o trabalhador possa estudar, muitas das vezes, ele se vê sem um aparato da universidade e dos docentes, principalmente nos horários de disciplinas eletivas, que normalmente são realizadas durante o dia, dificultando sua permanência na graduação.

Bernardo: um homem, que está cursando o sexto período. Formou-se no Ensino Médio em uma escola privada, iniciou a graduação em outro curso, e devido ao mercado de trabalho em que deseja atuar, e a procura de uma estabilidade, resolveu mudar para o curso de Direito. Seu emprego é em tempo integral, por uma escolha pessoal, ele afirma que não há problemas em conciliar o trabalho com os estudos, uma vez que ele equilibra sua capacidade com seus desafios. Escolheu trabalhar pela remuneração e melhora na qualidade de vida, além de adquirir maior aprendizado, mas sua prioridade são os estudos, sendo assim, Bernardo é um estudante-trabalhador. Ele afirma que o trabalho lhe proporcionou um aprendizado prático, que sente falta por parte dos docentes, que focam muito em teorias.

Alice: uma mulher, que está cursando o sexto período. Sempre estudou em escola privada, escolheu o curso pelo leque de opções de carreiras e as diversas oportunidades que o

curso oferece. Atualmente não está trabalhando, mas afirma que quando trabalhava sua maior dificuldade eram os conflitos de horários, uma vez que as disciplinas obrigatórias eram sempre no mesmo horário, sem a oportunidade de realizar disciplinas eletivas no período noturno. Alice é uma estudante-trabalhadora. Ela não se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nem requer qualquer auxílio da universidade, e acredita que esses são suficientes para garantir que a formação dos estudantes seja facilitada.

Manuela: uma mulher, que está cursando o nono período. Sempre estudou em escola pública, e escolheu o curso por ser uma área de sua afinidade, e lhe possibilitar trabalhar durante o dia. Pela necessidade de se sustentar e auxiliar sua família financeiramente, sua prioridade era escolher um curso que fosse noturno. Ela afirma que se sente prejudicada por ser uma trabalhadora-estudante, pois percebe que não consegue se dedicar 100% em nenhum dos âmbitos. Nem no trabalho nem nos estudos, fazendo com que ela se sinta sobrecarregada pelas inúmeras tarefas a realizar, e sente que não conseguiu se adequar de forma a “dar conta” de tudo. Além disso, os trabalhos em grupo se tornaram sua maior dificuldade no curso, principalmente pela questão de horários, ter que se disponibilizar para as aulas e logo após já se disponibilizar para o trabalho. Como trabalha “integralmente” quando não está nas aulas, está trabalhando. O trabalho é de suma importância para ela, principalmente por ser na sua área de formação, conseguindo colocar em prática tudo que aprendeu em sala de aula, contando com o auxílio de bons professores, que possuem total disponibilidade em auxiliar quando necessário. No início de sua graduação, ela afirma que enfrentou algumas dificuldades financeiras e de moradia precária, sem qualquer condição de se mudar para um lugar melhor, e sem condições de pagar por transporte, entre outros gastos ordinários. Sua irmã também fazia faculdade, e seus pais não conseguiam sustentar as duas no curso de graduação, além disso, ela passou por uma depressão, o que a fez trancar a faculdade por duas vezes. Atualmente, com seu emprego, a situação melhorou bastante, mas ainda se sente desmotivada e sem energia para frequentar as aulas.

Gabriel: um homem que está no décimo período do curso, sempre estudou em escola privada e teve um atraso na sua graduação devido à necessidade de conciliar o emprego com a faculdade. Ele afirma que sempre foi desgastante física e emocionalmente sua graduação, a exaustão mental é bem grande após o trabalho, e permanecer no Ensino Superior lhe exigiu muitos sacrifícios. Gabriel é um trabalhador-estudante, e conta que trabalhava o dia inteiro, ia direto para a faculdade e na maioria das vezes para cumprir com as atividades, provas e trabalhos da faculdade precisava permanecer durante a madrugada estudando.

Aline: uma mulher que está no sétimo período do curso. Sempre estudou em escola pública, e conseguiu ingressar na faculdade de Direito através do PROUNI, em uma Instituição de Ensino Superior privada. Depois de um tempo, ela conseguiu uma transferência para a Universidade Federal e escolheu o Direito porque entender os direitos e deveres de uma sociedade faz com que a forma de olhar para as coisas seja justa e eficiente. Além disso, possibilita a reivindicação de injustiças e auxílios aos que não tem amplo conhecimento sobre seus direitos. Ela afirma que devido a necessidades financeiras precisa conciliar o trabalho com os estudos, e se sente bastantes prejudicada com isso, principalmente pela falta de tempo e o esgotamento psicológico. Além disso, o curso possui muitas teorias maçantes e pouca prática, mas que com seu emprego consegue colocar em prática o que está estudando. Ela se enquadra como estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e apresenta dificuldades com transporte e alimentação. Além, disso ela se enquadra como trabalhadora-estudante. Já pensou em desistir da graduação por não estar se identificando com o curso, as disciplinas eram teóricas e não aprofundavam no Direito em si, eram mais sobre disciplinas básicas e pouco aplicadas. Além disso, o cansaço em conciliar o trabalho com os estudos e a dificuldade na logística dos transportes quase fez com que ela abandonasse o curso.

4.1.2 Pedagogia

No curso de Pedagogia, cinco sujeitos responderam ao questionário. Destes, três são trabalhadores-estudantes, e dois são estudantes-trabalhadores. Eles são apresentados a seguir:

Isabella: uma mulher que acabou de concluir sua graduação. Sempre estudou em escola pública, e escolheu o curso por ser noturno e por isso, lhe dar opção de estudar e trabalhar. Isabella é uma trabalhadora-estudante e afirma que o pouco tempo disponível para estudar foram suas maiores dificuldades com relação ao ensino superior. Além disso, vivia com uma rotina alimentar desregulada, poucas horas de sono, falta de tempo para participar de núcleos, atividades, Centro Acadêmico, entre outras atividades. Durante muitos anos enfrentou dificuldades com o meio de transporte para ir embora da faculdade no período noturno. Ela afirma que tinha a necessidade de pegar dois ônibus para conseguir chegar a sua casa, e muitas das vezes os atrasos no término da aula a faziam perder o trajeto. Além disso, ela precisou estender um período da graduação para realizar o Trabalho de Conclusão de Curso, devido à sobrecarga das disciplinas. Ela afirma que a maior vantagem dos cursos

noturnos é a possibilidade de trabalhar durante o dia e criar uma independência financeira e o principal ponto negativo é a insegurança de andar pela rua a noite, e a conciliação entre o trabalho com os estudos, que requer criar uma maturidade precoce e “abrir mão” da juventude.

Renata: uma mulher, que está cursando o segundo período. Sempre estudou em escola pública, seu maior sonho era atuar na área da educação. Ela conta que foi a primeira de sua família a ingressar em uma universidade, e desde nova precisou conciliar os estudos com o trabalho. Ela ingressou na universidade no curso de Filosofia, e devido a problemas de saúde da mãe e demanda da universidade ela precisou abandonar o emprego. Após alguns meses, e por não estar se identificando com o curso mais, ela decidiu tentar novamente ingressar em um novo curso, e conseguiu passar em Pedagogia. Ela afirma que sempre se sentiu prejudicada quando tinha que conciliar o trabalho com os estudos, pois o tempo para realizar as duas coisas nunca eram de qualidade e infelizmente precisou optar por um dos dois. Na tentativa de manter o emprego e os estudos, os cursos noturnos sempre foram sua primeira opção, primeiro para conseguir exercer outras atividades durante o dia e segundo para conseguir uma fonte de renda. Entretanto, era muito difícil concentrar nas aulas após um longo dia de trabalho. Renata é uma estudante-trabalhadora, pois optou pelos estudos ao invés do trabalho e conta com a ajuda da mãe e dos avós para conseguir se manter na universidade.

Pedro: um homem, que está no quarto período. Sempre estudou em escola pública, e escolheu o curso por afinidade. Ele afirma que teve que escolher entre a graduação e o emprego, e optou pela graduação. Pedro é um estudante-trabalhador. Ele conta que estava impossível conciliar ambos, principalmente porque passou muito tempo sem estudar até entrar na faculdade, e a realidade de estudos experimentada por ele antes de acessar o ensino superior era totalmente diferente, a dificuldade dos conteúdos, a quantidade de coisas para fazer era totalmente distintas daquelas exigidas na universidade. Ele afirma que se sentiu um pouco perdido, então a carga horária e o conteúdo das disciplinas exigiam dele muito tempo, que não era possível devido ao trabalho. Por esse motivo, ele afirma que passou por muitas dificuldades com alimentação, transporte, saúde e recursos para se manter na universidade. Ele é um aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e por esse motivo chegou a pensar em desistir do curso e voltar a trabalhar. Contudo, ele afirma que alguns auxílios da universidade, como a alimentação no RU que possui um valor acessível para ele, contribuíram para sua permanência no ensino superior. Ele acredita que o principal ponto positivo dos cursos noturnos é a possibilidade de estudar e trabalhar, mas isso também se torna um ponto

negativo, pois devido ao cansaço, muitos não conseguem aproveitar ao máximo e ter tempo para realizar as tarefas do curso.

Gabriela: uma mulher que está no sétimo período. Sempre estudou em escola pública e precisa trabalhar para promover seu próprio sustento. Ela afirma que ser uma trabalhadora-estudante é quase impossível, e se sente muito prejudicada nos estudos. Apesar de conseguir colocar os conceitos aprendidos em sala de aula em prática no trabalho, já pensou em desistir do curso diversas vezes pela falta de tempo e pelo cansaço.

Daniella: uma mulher que está no último período do curso. Sempre estudou em escola privada. Começou a trabalhar para se manter, uma vez que sua família contribui somente com o básico (alimentação e moradia). Em alguns momentos se sente bastante prejudicada por ser uma trabalhadora-estudante, principalmente para realizar disciplinas eletivas ao longo da graduação, poucas são disponibilizadas no período noturno, e na maioria das vezes é preciso fazer aquele componente curricular pelo horário e não por aptidão. Outro ponto é que muitos professores não compreendem essa realidade e às vezes são inflexíveis, em casos delicados ou de não cumprimento de prazos. Ela afirma que alguns professores possuem uma didática falha, e o trabalho torna isso um pouco mais cansativo e faz com que ela tenha que ser extremamente organizada para conciliar tudo. Ela conta que já foi bolsista na universidade, e que os suportes que a universidade oferece são extremamente importantes, mas não são suficientes para que o estudante tenha sua permanência facilitada, pelo contrário, está cada dia mais difícil ter motivação para concluir a graduação. Conciliar o trabalho com as atividades acadêmicas é quase impossível, visto que as horas extracurriculares são muito extensas, e exigem um tempo que a maioria não tem. O cansaço mental e físico são as principais dificuldades enfrentadas por ela, afirmando que já passou por problemas psicológicos.

No Quadro 1, são mostrados os sujeitos da pesquisa classificados como trabalhador(a)-estudante e como estudante-trabalhador(a). Na categoria “dificuldades do trabalhador-estudante para permanecer na universidade” (que se localiza após a categoria “desenvolvimento cultural e a elitização brasileira” no texto), ver-se-á, também, os dilemas que os sujeitos participantes enfrentam ao conciliar o trabalho com os estudos.

Quadro 1 – Sujeitos que se enquadram como trabalhador-estudante e como estudante-trabalhador.

Curso	Enquadra-se como trabalhador-estudante	Enquadra-se como estudante-trabalhador
	Paloma	
		Bernardo
		Alice

Direito	Manuela	
	Gabriel	
	Aline	
Pedagogia	Isabella	
		Renata
		Pedro
	Gabriela	
	Daniella	

Fonte: Da autora (2023).

Na seção seguinte, serão discutidos os aspectos do desenvolvimento cultural e a elitização brasileira (como o processo de desenvolvimento da educação superior afetou o ingresso e permanência do trabalhador-estudante nas universidades) nos cursos de Direito e Pedagogia.

4.2 Desenvolvimento cultural e a elitização brasileira

4.2.1 Direito

A partir dos dados coletados, percebeu-se dentre o grupo de sujeitos participantes, escolhidos a partir do critério “trabalhar e cursar o ensino superior” que o grupo de Direito se encontra, majoritariamente como trabalhador-estudante, embora apenas duas afirmaram ter dificuldades financeiras para permanecer no ensino superior.

Com a pesquisa, entretanto, observou-se que a minoria advém de um ensino público. Manuela e Aline apontam que além de terem feito todo o ensino fundamental e médio em escola pública, são estudantes que enfrentam dificuldades socioeconômicas. Se não fosse pelo trabalho, estas estudantes não conseguiriam se manter na universidade. Tais fatos podem ser observados na fala de Manuela, quando afirma que precisou trancar a faculdade por duas vezes, uma delas foi por causa de adoecimento psicológico e a segunda vez foi pela falta de condição financeira em se manter, pois os pais também passavam por dificuldades, além disso, sua irmã também fazia faculdade e os pais não conseguiam manter as duas.

Segundo Porfírio (2019) o Brasil encontra-se entre os países com alto índice de desigualdade social e a fragilidade do sistema de ensino público é fator primordial para isso. Durante muitos anos a sociedade brasileira estava incluída em um sistema de prestígio social, e o privilégio da classe elitista se estende até os dias atuais, e um dos principais desafios é

garantir o acesso, e permanência da classe popular brasileira no ensino superior (TORRES L; SOUZA A e ISTOE, R.).

A Paloma, por exemplo, relata que seus pais concluíram somente até o ensino médio, e sempre a incentivaram a cursar um curso superior. Segundo Arroyo (2004) era normal não haver espaço para a classe trabalhadora e produtiva nas universidades brasileiras.

A percepção do curso de Direito, ainda está enraizado na sociedade, como um sistema elitista e privatizado, criando um prestígio social que permeia até os dias atuais. Nomeadas de profissões imperiais (COELHO, 1999), o Direito, assim como a Medicina e a Engenharia são cursos que refletem e carregam um significado de privilégio social. Em ressalva, sobre o curso de Direito, que está entre os mais procurados no Brasil, pode se dar por dois fatores culturais: o status de ser “doutor” e o almejo de um concurso público e estabilidade profissional (HOPER EDUCACIONAL, 2006). Tais fatos podem ser observados na fala de Bernardo quando afirma que

Sempre estudei em escola particular. Iniciei minha faculdade em outro curso, e resolvi mudar para o Direito por conta do mercado de trabalho. [...] penso em fazer algum concurso público na área, por maior estabilidade.

Assim como ele, a Alice afirma que também escolheu o curso de Direito pelo “leque” de opções e carreiras que o curso oferece.

Mas para além disso, o fato de ser um curso noturno, na Universidade em questão, também tem sido um motivador para a escolha do curso. Segundo Furlani (2001) o surgimento dos cursos superiores noturnos, tem se apresentado como uma alternativa mais viável de acesso para os trabalhadores-estudantes. Para os entrevistados Paloma, Manuela, Gabriel e Aline, um dos grandes motivos para escolher o curso de Direito, foi à possibilidade de conciliar o trabalho com os estudos.

Com isso, esses estudantes afirmam se sentir sobrecarregados, por precisarem trabalhar e estudar. De acordo com os sujeitos, conciliar ambos é extremamente difícil. Bernardo foge às estatísticas, afirmando que não sente dificuldades em manter seus estudos com o trabalho, mantendo sempre um equilíbrio. Mas é importante destacar que Bernardo é um estudante-trabalhador, ou seja, a pressão por se manter trabalhando é diferente dos casos em que o trabalho é importante para que a pessoa consiga sobreviver. Uma vez que o estudante-trabalhador sua prioridade são os estudos e ele poderia abrir mão do seu emprego, caso os estudos lhe demandem maior dedicação (PAULA; VARGAS, 2013).

A democratização da educação superior e a inclusão das camadas populares, ainda demanda um longo caminho. Assim, a garantia de acesso nem sempre se traduz em condições adequadas de permanência.

Na seção seguinte, serão discutidos os aspectos do desenvolvimento cultural e a elitização brasileira no curso de pedagogia.

4.2.2 Pedagogia

A partir dos questionários percebeu-se que o grupo de Pedagogia se encontra com três pessoas classificadas como trabalhadoras-estudantes, sendo eles a Isabella, a Gabriela e a Daniella. Observou-se que a maioria advém de escolas públicas, sendo a única exceção a Daniella.

O ensino público no Brasil é bastante precário e é importante destacar que a compreensão histórica dos processos sociais, políticos e institucionais está diretamente ligada aos problemas da qualidade do ensino público (BEISIEGEL, 2006).

Para Ortega (2001), o elitismo no acesso ao ensino superior está enraizado desde a preparação dos alunos nas escolas para os processos seletivos. Uma vez que, enquanto as escolas particulares estão focadas em preparar os estudantes para as provas, a escola pública muitas vezes nem passa as informações necessárias sobre os processos seletivos.

No caso de Pedro:

Sempre estudei em escola pública. Escolhi o curso por afinidade. [...] passei muitos anos sem estudar, e quando entrei na faculdade foi um susto. A realidade era totalmente diferente daquela que eu vivi no ensino médio. [...] A quantidade de matérias, artigos pra ler, resenhas, trabalhos em grupos e provas, fiquei bastante assustado e com medo de não dar conta.

Conforme Arroyo (2004) a classe trabalhadora e produtiva ficou de fora das universidades por muito tempo. A maioria dos sujeitos participantes da pesquisa que vieram do ensino público sentem a diferença que a elitização das universidades causa, principalmente pela necessidade de se esforçar mais para o entendimento e aprendizado da disciplina e garantir boas notas. Isso ocorre pelo déficit na educação pública, causada pela falta de estrutura e recursos, a desmotivação dos alunos e dos professores por conta dos salários baixos. Quando o acesso à educação não é algo democratizado na família, entrar em uma universidade se torna uma tarefa mais difícil ainda. Renata afirma que foi a primeira pessoa de sua família a ingressar na universidade.

Na seção a seguir, faz-se uma comparação entre os cursos para a categoria “desenvolvimento cultural e elitização brasileira”.

4.2.3 Comparação entre os cursos para a categoria desenvolvimento cultural e elitização brasileira

No Quadro 2, a seguir, apresenta-se uma síntese das principais ideias relacionadas à categoria “desenvolvimento cultural e a elitização brasileira”.

Quadro 2 – Síntese das principais ideias relacionadas à categoria “desenvolvimento cultural e elitização brasileira”.

Desenvolvimento cultural e a elitização brasileira	
Direito	Pedagogia
<p>Os sujeitos se encontram, majoritariamente advindos de escola privada.</p> <p>Dois dos sujeitos vem de escola pública.</p> <p>Quatro dos sujeitos não conseguiriam permanecer na universidade sem trabalhar.</p> <p>Um dos sujeitos foi o primeiro da família a ingressar no ensino superior.</p> <p>Dois dos sujeitos afirmam que escolheram o curso para obter melhores oportunidades no mercado de trabalho depois de formados.</p> <p>Quatro dos sujeitos escolheram o curso para conseguir trabalhar e estudar.</p>	<p>Quatro dos cinco sujeitos vieram de uma escola pública.</p> <p>Diferença de um ensino em escolas públicas e particulares.</p> <p>Dois dos sujeitos abandonaram os empregos para permanecer na universidade.</p> <p>Três dos sujeitos precisam trabalhar para permanecer na universidade.</p> <p>Um dos sujeitos foi o primeiro da família a ingressar no ensino superior.</p>

Fonte: Da autora (2023).

No Direito, quatro dos seis sujeitos participantes são trabalhadores-estudantes, e dois dos seis são estudantes-trabalhadores. Na Pedagogia, três dos cinco sujeitos são trabalhadores-estudantes, e dois dos cinco são estudantes-trabalhadores.

No curso de Direito, dois dos entrevistados vem de escola pública e enfrentam dificuldades socioeconômicas e não conseguiriam permanecer na universidade sem trabalhar. Na Pedagogia, quatro dos cinco sujeitos participantes vieram de uma escola pública, e dois abandonaram os empregos para permanecer na universidade e três não conseguiriam permanecer sem trabalhar. Nesse sentido, cabe destacar que no curso de Direito a percepção de distanciamento dos sujeitos que vieram de escola pública para os que vieram de escola particular, é maior do que no curso de Pedagogia, onde majoritariamente é composto por pessoas que vieram de uma instituição pública. Ou seja, a realidade social no curso de Pedagogia pode ser mais parecida do que no curso de Direito.

Neste sentido, é importante destacar que muitos estudantes que passam pelo ensino fundamental e médio em escola pública, se quer, cogitam a possibilidade de estudar em uma instituição de ensino superior pública, essa “auto exclusão” como defende Bourdieu (1998a) é fruto de uma avaliação sobre suas chances de ingresso em uma universidade pública, dada a concorrência social e culturalmente desigual.

No curso de Direito, dois estudantes afirmam que escolheram o curso para obter melhores oportunidades de emprego e estabilidade. Na pedagogia um participante afirmou sentir dificuldades por ter construído a sua base educacional fundamental e média no ensino público. Em ambos os cursos, pelo menos um apontou que foi o primeiro da família a ingressar no ensino superior. Nesse sentido, o processo de acessar o ensino superior pela classe popular, a quem Souza (2009) denomina “ralé brasileira”, parte da competição social que se inicia antes mesmo do nascimento, e diferente da classe dominante, não recebe estímulos educacionais e conseqüentemente se vê à mercê no mercado de trabalho.

Na seção seguinte, serão discutidos os aspectos das dificuldades do trabalhador-estudante para permanecer na universidade nos cursos de Direito e Pedagogia.

4.3 Dificuldades do trabalhador-estudante para permanecer na universidade.

4.3.1 Direito

Na universidade, Paloma, Manuela e Aline afirmam que a maior dificuldade encontrada por elas é conciliar o trabalho com a sobrecarga das atividades exigidas no curso. Assim como Aline, o Gabriel afirma que a exaustão mental é bem grande após o trabalho, e sua graduação sempre foi desgastante física e emocionalmente.

Evitar o cansaço físico e mental é um dos principais desafios de quem precisa conciliar o emprego com os estudos, e devido a isso, muitas pessoas desistem da formação superior. Estudar é um excelente investimento para o futuro, contudo, diante das dificuldades enfrentadas, nem sempre será prioridade para as pessoas que precisam trabalhar, justificando o alto índice de evasão nas universidades (MORAIS, 2021).

Desse modo, esse estudante passa a ser classificado como trabalhador-estudante, uma vez que ele equilibra o estudo e o trabalho, mas prioriza o trabalho, uma vez que depende do

seu provento para se sustentar e/ou sustentar sua família (PAULA; VARGAS, 2013). Como é o caso de Paloma, Manuela, Gabriel e Aline.

Além disso, Manuela percebe que não consegue se dedicar totalmente em nenhum dos âmbitos, nem no trabalho nem nos estudos. Ela afirma que se sente sobrecarregada pelas inúmeras tarefas a realizar e sente dificuldade em organizar o seu horário, pois quando não está nas aulas, está trabalhando. Muitas vezes o estudante precisa diminuir sua dedicação nas atividades acadêmicas para trabalhar (CARDOSO; SAMPAIO, 1994).

Bernardo, quando perguntado sobre as dificuldades enfrentadas por ele, revela que não sente problemas em conciliar o trabalho com os estudos. Sua prioridade sempre foi o curso superior, e o emprego veio como uma forma de melhorar sua qualidade de vida e atuar na área de formação. Assim como ele, Alice também prioriza os estudos, ela precisou deixar o emprego para permanecer na universidade e ambos se enquadram como estudantes-trabalhadores. O estudante-trabalhador, também estuda e trabalha, contudo sua prioridade são os estudos e ele poderia abrir mão do seu emprego, caso os estudos lhe demandem maior dedicação (PAULA; VARGAS, 2013).

Alice é uma estudante-trabalhadora, e aponta um aspecto importante sobre sua dificuldade em realizar disciplinas eletivas no período noturno. Ela afirma que seus componentes curriculares obrigatórios ocupavam todo o período noturno, deixando-a sem oportunidade de realizar as disciplinas eletivas.

Um dos principais desafios do trabalhador-estudante, além de conciliar o trabalho e os estudos, é de garantir uma permanência bem sucedida, ou seja, aproveitar ao máximo todo conhecimento e oportunidades que a graduação pode oferecer. Desde o aproveitamento no conteúdo das disciplinas até a inserção em núcleos de estudos e empresas juniores, uma que vez os horários correspondem aos horários de trabalho do estudante (MARANHÃO; VERAS, 2017).

Manuela e Aline são estudantes que enfrentam dificuldades socioeconômicas e além da dificuldade em conciliar o trabalho com os estudos, enfrentam problemas com transporte e alimentação. Manuela, além disso, enfrentou dificuldades de moradia e saúde, ela afirma que não tinha condições de se mudar, e vivia em situação precária, sem dinheiro para alimentação e transporte e acabou passando por uma forte depressão, fatores que a fizeram trancar a faculdade duas vezes. Evidenciando a importância da política de assistência estudantil, para a criação de condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior. Ambas as estudantes já pensaram em desistir da graduação.

Na seção seguinte serão discutidos os aspectos das dificuldades enfrentadas pelo trabalhador-estudante para permanecer na universidade no curso de Pedagogia.

4.3.2 Pedagogia

Na universidade, todos os sujeitos participantes da pesquisa afirmam que a maior dificuldade enfrentada por eles é o cansaço e a falta de tempo para conciliar o trabalho com os estudos. Isabella, Gabriela e a Daniella são trabalhadoras-estudantes. Já Renata e Pedro eram estudantes-trabalhadores, e ambos abandonaram seus trabalhos para se dedicarem ao ensino superior.

Renata e Pedro sempre estudaram em escola pública e ambos ingressaram na universidade alguns anos após se formarem no ensino médio, e sentiram muita dificuldade em acompanhar o ritmo de atividades propostas no ensino superior. Os dois afirmam que escolheram o curso por afinidade, e Renata, além disso, pelo fato de o curso ser noturno e ter a possibilidade de estudar e trabalhar. Entretanto, ambos afirmam que se tornou impossível conciliar o emprego e os estudos, e precisaram abandonar o trabalho para permanecer na universidade.

Pedro é um estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica e conta que quando optou pela graduação ao invés do trabalho, passou por diversas dificuldades com alimentação, transporte, saúde e recursos para se manter na universidade. Por esse motivo, ele chegou a pensar em desistir do curso e voltar a trabalhar.

É importante observar que, mesmo com os avanços políticos, a criação de cursos noturnos e a inserção de jovens de classes populares na universidade ainda não há garantia de inclusão social e permanência bem sucedida (TERRIBILI FILHO; NERY, 2009; VARGAS; PAULA, 2013).

Daniella afirma que precisa ser extremamente organizada para conseguir gerenciar seu tempo, e é quase impossível conciliar o trabalho com as atividades acadêmicas, por isso, ela conta que já enfrentou problemas psicológicos devido ao cansaço físico e mental. Além disso, ela afirma que sente muitas dificuldades com relação às disciplinas eletivas, já que poucas são disponibilizadas no período noturno, e na maioria das vezes é preciso fazer aquele componente curricular pelo horário e não por aptidão/interesse.

Nesse contexto, é importante observar que o surgimento dos cursos superiores noturnos abriu portas para que o trabalhador-estudante pudesse ingressar nas universidades,

contudo, ainda hoje, as instituições de ensino enfrentam dificuldades para democratizar o ensino que atenda às classes trabalhadoras (MARANHÃO; VERAS, 2017).

Na seção seguinte serão discutidos os aspectos da importância da assistência estudantil para permanência do trabalhador-estudante no curso de Direito.

4.4 Importância da assistência estudantil para permanência do trabalhador-estudante

4.4.1 Direito

A partir da análise dos dados, percebeu-se que o grupo de Direito é composto por sua maioria, de estudantes que não necessitam de assistência estudantil. Paloma, Alice, Bernardo e Gabriel não são alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, assim, não utilizam a assistência estudantil voltada para esse grupo de indivíduos.

Paloma acredita que a assistência estudantil é fundamental, mas não suficiente para garantir que a formação dos estudantes seja facilitada. Ela afirma que é necessário maior compreensão por parte dos professores, bem como, a flexibilização nos horários, nos abonos de faltas e na reposição de atividades. Neste sentido, quando se trata de assistência estudantil, para a FONAPRACE (2012), a universidade deve de fato se comprometer com a permanência de qualidade do estudante, que vai além de recursos financeiros, restaurantes universitários ou moradia estudantil, como dito anteriormente.

Manuela conta, que no início da graduação passou por diversas dificuldades financeiras e moradia precária, ela não tinha condições de pagar por ônibus, alimentação e saúde (teve depressão). Manuela precisava de uma assistência estudantil. Aline já utilizou o PROUNI, em uma instituição de ensino privada, ela se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica e apresenta dificuldades com alimentação e transporte (falta de ônibus para ir embora da universidade).

A insuficiência de serviços aos estudantes pode impactar diretamente nos aspectos físicos e psicológicos dos estudantes, garantindo ou não a sua permanência no ensino superior. Investir apenas em políticas educacionais traz a errônea ideia de que todas as necessidades da população estudantil estão sendo atendidas, contudo, essas políticas estão

alinhadas para resolver problemas que estão estruturados de forma capitalizada e não as desigualdades sociais (DUTRA; SANTOS, 2017).

Na seção seguinte serão discutidos os aspectos da importância da assistência estudantil para a permanência do trabalhador-estudante no curso de Pedagogia.

4.4.2 Pedagogia

Com base na análise dos questionários, percebeu-se que o grupo de Pedagogia é composto por sua maioria, de sujeitos que necessitam de assistência estudantil.

Ao longo dos anos, diversas ações e programas governamentais que atuam na expansão e interiorização do ensino superior, foram criados. A assistência estudantil é fundamental para criar oportunidades de permanência e conclusão do curso para muitos universitários. Isabella, Pedro e Daniella são alunos que necessitam da assistência estudantil.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) busca reduzir as taxas de evasão nos cursos de graduação, através da ampliação nas condições de permanência dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica (FONAPRACE, 2012).

Pedro é um aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e teve dificuldades com alimentação, transporte, saúde e recursos para se manter na universidade. Ele afirma que alguns auxílios da universidade, como a alimentação do RU que possui um valor acessível para ele, contribuíram para sua permanência no ensino superior.

A democratização da educação superior e a inclusão das camadas subalternizadas, ainda demanda um longo caminho. A escassez de políticas públicas e a falta de esforços para tal implicam cada vez mais para a evasão dos cursos superiores (MORAIS, 2021).

A Isabella, por exemplo, relata que sempre teve dificuldades com transporte para se deslocar da faculdade até sua casa no período noturno, ela precisava pegar dois ônibus para chegar a sua casa, e muitas das vezes os atrasos no término da aula a faziam perder o trajeto. E quando isso ocorria, ela precisava se locomover a pé, com muita insegurança de andar pela rua à noite.

A universidade, os docentes e os discentes devem de fato ser comprometidos com a permanência e a democratização do acesso ao ensino superior. Assim como afirma Daniella, os professores não compreendem a dupla jornada dos trabalhadores-estudantes, e são inflexíveis em casos delicados ou de não cumprimento de prazos. Ela afirma que já foi

bolsista na universidade e os suportes oferecidos pela universidade são extremamente importantes (RU, mamute, biblioteca, ambulatório, etc.), mas não são suficientes.

Na seção a seguir, faz-se uma comparação entre os cursos para a categoria “dificuldades do trabalhador-estudante para permanecer na universidade” e a “importância da assistência estudantil para permanência do trabalhador-estudante”.

4.4.3 Comparação entre os cursos para a categoria dificuldades do trabalhador-estudante para permanecer na universidade e a importância da assistência estudantil para permanência do trabalhador-estudante

No Quadro 3, a seguir, apresenta-se uma síntese das principais ideias relacionadas a categoria “dificuldades do trabalhador-estudante para permanecer na universidade” e a categoria “importância da assistência estudantil para permanência do trabalhador-estudante”.

Quadro 3 – Síntese das principais ideias relacionadas à categoria “dificuldades do trabalhador-estudante para permanecer na universidade” e a categoria “importância da assistência estudantil para permanência do trabalhador-estudante”.

Dificuldades do trabalhador-estudante para permanecer na universidade	
Direito	Pedagogia
Três dos sujeitos afirmam que a maior dificuldade encontrada é conciliar o trabalho com a sobrecarga das atividades exigidas na faculdade.	Todos os sujeitos afirmam que a maior dificuldade para permanecer na universidade é o cansaço e a falta de tempo.
Dois dos sujeitos afirmam que sofrem com a exaustão mental, física e emocional.	Três dos sujeitos são trabalhadores-estudantes.
Quatro dos sujeitos são trabalhadores-estudantes.	Dois dos sujeitos são estudantes-trabalhadores.
Dois dos sujeitos são estudantes-trabalhadores.	Dois dos sujeitos abandonaram o emprego para permanecer na universidade.
Um dos sujeitos precisou abandonar o emprego para permanecer na universidade.	Dois dos sujeitos ingressaram na universidade alguns anos após se formarem no ensino médio.
Um dos sujeitos já teve problemas psicológicos.	Todos os sujeitos afirmam que é quase impossível conciliar o trabalho com os estudos.
Dois dos sujeitos afirma que teve problemas para cumprir os componentes curriculares eletivos.	Um dos sujeitos já teve problemas psicológicos.
Dois dos sujeitos afirmam ter enfrentado problemas com transporte e alimentação.	Dois dos sujeitos afirmam que tiveram problemas para cumprir as horas de atividades extracurriculares e componentes curriculares eletivos.
Um dos sujeitos afirma ter enfrentado problemas com transporte, saúde, moradia e alimentação.	Dois dos sujeitos afirmam ter enfrentado problemas com transporte.
Quatro dos sujeitos não necessitam de assistência estudantil.	Um dos sujeitos afirma ter enfrentado problemas com transporte, saúde, moradia e alimentação.
Dois dos sujeitos necessitam de assistência estudantil, mas não usufruem.	Dois dos sujeitos não necessitam de assistência estudantil.
Um dos sujeitos já utilizou o PROUNI, em uma instituição de ensino privada.	Três dos sujeitos necessitam de assistência estudantil.
Dois dos sujeitos enfrentam dificuldades socioeconômicas, mas não utilizam a assistência estudantil.	Um dos sujeitos depende do RU para permanecer na universidade.

<p>Dois dos sujeitos enfrentam problemas com transporte e alimentação. Um dos sujeitos afirma que além da assistência estudantil é necessária maior compreensão e flexibilidade dos docentes.</p>	<p>Um dos sujeitos já foi bolsista na universidade. Dois dos sujeitos não conseguiriam se manter na universidade sem a assistência estudantil oferecida. Dois dos sujeitos enfrentam problemas com transporte. Um dos sujeitos afirma que além da assistência estudantil é necessário maior compreensão e flexibilidade dos docentes.</p>
---	---

Fonte: Da autora (2023).

No Direito, três dos seis sujeitos participantes da pesquisa afirmam que a maior dificuldade encontrada por eles é conciliar o trabalho com a sobrecarga das atividades exigidas na faculdade. E dois dos seis sujeitos participantes afirmam que a maior dificuldade é o cansaço físico e mental. Na pedagogia, todos os sujeitos afirmam que a maior dificuldade para permanecer na universidade é o cansaço e a falta de tempo, tornando quase impossível conciliar o trabalho com os estudos.

No curso de Direito, um dos sujeitos precisou abandonar o emprego para permanecer no ensino superior. E no curso de Pedagogia, dois precisaram fazer o mesmo tipo de escolha.

Em ambos os cursos pelo menos um dos participantes já tiveram problemas psicológicos devido à sobrecarga em conciliar o trabalho com os estudos. A insuficiência na prestação dos serviços de assistência aos estudantes pode impactar em aspectos psicológicos e sociais, sendo prejudiciais para a formação acadêmica (DUTRA; SANTOS, 2017).

Alimentação, transporte, saúde e moradia são fatores essenciais que contribuem para a permanência material dos estudantes na universidade. No curso de Direito, dois dos sujeitos participantes enfrentam problemas com transporte e alimentação, e um dos participantes com transporte, saúde, moradia e alimentação. No curso de Pedagogia, dois enfrentam problemas com transporte e um problema com transporte, saúde, moradia e alimentação. A permanência material significa que, para se manter na universidade, as necessidades objetivas de existência precisam ser satisfeitas, ou seja, os estudantes precisam ter condições de arcar com alimentação, transporte, vestimenta, saúde, moradia, etc. Por isso, muitos deles, optam pelo trabalho, como forma de assegurar sua permanência na universidade, que limita sua participação e conseqüentemente sua permanência (SANTOS, 2009).

No curso de Direito, dois dos sujeitos participantes da pesquisa teve problemas para cumprir os componentes curriculares eletivos, assim como dois do curso de Pedagogia. Todos por conta das poucas disciplinas eletivas que são ofertadas no período noturno. Além disso, dois dos sujeitos participantes do curso de Pedagogia tiveram problemas em cumprir as horas

de atividades extracurriculares, pois quando não estavam trabalhando, estavam assistindo a aulas.

De modo geral, os alunos do ensino noturno apresentam um cotidiano singular: esgotamento físico e mental, que na sua grande maioria, chega à universidade após um longo dia de trabalho. Sendo assim, são observados frequência irregular, baixos índices de produtividade e altos índices de desistência. Os cursos diurnos e noturnos, teoricamente possuem características pedagógicas distintas, embora, tenham propostas curriculares organizadas de forma quase idênticas (GONÇALVES; PASSOS; PASSOS; 2005).

No Direito, quatro dos seis sujeitos participantes afirmam não necessitar de assistência estudantil. E dois dos seis necessitam de assistência estudantil, mas não usufruem. Na Pedagogia, dois dos cinco sujeitos participantes não necessitam de assistência estudantil. E três dos cinco necessitam de assistência estudantil, dois utilizam e um não.

Nesse sentido, é importante destacar a importância da assistência estudantil na permanência do trabalhador-estudante, ela cria oportunidades e condições de permanência e conclusão do curso para muitos estudantes universitários (RADAELLI; ESTRADA, 2013). No curso de Pedagogia, é mais evidente a utilização desses recursos.

Em 2009, a partir da adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), houve um expressivo aumento na oferta de cursos noturnos, e um dos principais desafios é democratizar esse ensino levando em consideração que cerca de 924 mil alunos são trabalhadores-estudantes (IDados,2019).

Além das dificuldades de permanência material, em ambos os cursos, os sujeitos apresentam dificuldades com a inflexibilidade dos docentes e a impossibilidade de cumprir com as exigências do curso noturno. Sendo assim, é importante que a universidade garanta ao estudante condições para cumprir com as exigências do curso noturno, no período noturno, oferecendo atividades de extensão e componentes eletivos em horários compatíveis com o turno do curso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, o foco são os trabalhadores-estudantes. Os sujeitos participantes da pesquisa enfrentam dificuldades em conciliar o trabalho com as atividades exigidas na faculdade, principalmente devido ao cansaço físico e mental. Sendo assim, a instituição deve garantir, por meio de ações e programas, a permanência desses estudantes na universidade.

Em 2009, foi criado pelo governo federal o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com o objetivo de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, p.10). Para alguns discentes deste estudo isso poderia ocorrer com a universidade criando condições para o estudante cumprir com as exigências do curso noturno, no período noturno, oferecendo atividade de extensão e componentes eletivos em horários compatíveis com o turno do curso.

Alimentação, transporte, saúde e moradia são fatores essenciais que contribuem para a permanência material dos estudantes na universidade. A assistência estudantil é de suma importância para a permanência do trabalhador-estudante, ela cria oportunidades e condições de permanência e conclusão do curso para muitos estudantes universitários (RADAELLI; ESTRADA, 2013). Neste estudo, a grande maioria dos sujeitos enfrentou dificuldades de permanência material.

Dessa forma, além dos mecanismos de permanência material e reestruturação das propostas curriculares é essencial que a instituição crie condições para que o trabalhador-estudante permaneça neste espaço, articulando melhores formas de atender os estudantes universitários e suas demandas, por meio de parcerias com os demais setores para identificar, prestar assistência e inclusão de grupos em vulnerabilidade para que possam dar continuidade aos seus estudos (ALVES; NASCIMENTO; SOUSA; SANTOS, 2022).

É importante destacar a importância de pesquisas nesse âmbito, que busquem analisar os trabalhadores-estudantes e as melhorias que podem ser feitas para eles, a fim de garantir a permanência desse grupo no ensino superior. Haja vista que, os discentes que trabalham e estudam possuem pouca visibilidade e há poucos estudos sobre as possibilidades de enfrentamento das dificuldades de permanência desse perfil de estudante, inclusive dificuldades encontradas para coletar materiais para a realização desse estudo.

REFERENCIAS

ALVES, F. C.; NASCIMENTO, A. M. do. ; SOUSA, F. R. de .; SANTOS, L. C. M. dos . Assistência estudantil e permanência no ensino superior a partir da percepção de estudantes. **Conjecturas**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 369–383, 2022. DOI: 10.53660/CONJ-758-C07. Disponível em: <<http://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/758>>. Acesso em: 1 abr. 2022.

ARROYO, M. G. A. O direito do trabalhador à educação. In: GOMEZ, C. M. et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2004, p.75-92.

BARDIN, L. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **A qualidade do ensino na escola pública**. . Brasília: Liber Livro. . Acesso em: 07 jul. 2022. , 2006

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.

_____. Lei n.º116/97 de 4 de Novembro de 1997. **Estatuto do Trabalhador Estudante**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1997.

_____. **Ministério da Educação. REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: diretrizes gerais** (Portaria nº 552, SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007). Brasília, DF, 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

CABRAL, D; GABLER, L; PONTES, S. Cursos Jurídicos. **MAPA: memória da administração pública brasileira**, fev. 2017. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/422-cursos-juridicos>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CÂMARA, R. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações**, Brasília, p. 183, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

CARDOSO R. C. L.; SAMPAIO, H. **Estudantes Universitários e o trabalho**. Revista Brasileira de Ciências Sociais 1994; 26: 30-50.

CHAVES, A. do S. F. **Desvelando a permanência das/dos estudantes cotistas e/ou bolsistas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)/campus Salvador**. 2018. 207 p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação/Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

COMIN, A. A; BARBOSA. R. G. **Trabalhar para Estudar: Sobre a Pertinência da Noção de Transição Escola-Trabalho no Brasil**, São Paulo, 2011.

DEWES, João Osvaldo. **Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling: uma descrição dos métodos**. 2013. 53f. TCC (Graduação) – Curso de Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/93246>. Acesso em: 21 jul. 2022.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 25, n.94, p. 148-181, jan./mar.2017. Disponível em: <https://www.scielo.br> Acesso em: 09 mar. 2022.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos histórias, memórias e múltiplos olhares**/Organizada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES – UFU, PROEX : 2012.

FREIRE, A. S.; “A herança” da escola do recife e algumas perspectivas para o ensino nas faculdades de direito no século XXI. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 50, p. 37-47, 2020. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/view/6686/3336> Acesso em: 13 mar. 2022.

FURLANI, L. M. T. **A claridade da noite: os alunos do Ensino Superior noturno**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GONÇALVES, L. R.; PASSOS, S. R. M. M. S. DOS, ; PASSOS, Á. M. DOS ,. Novos rumos para o ensino médio noturno: como e por que fazer? , **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 13, n. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. , 2005 13(48), jul.2005.

HOPER EDUCACIONAL. **Análise setorial do ensino superior privado no Brasil: tendências e perspectivas 2010**. Foz do Iguaçu: Hoper, 2006. 01 CD ROM.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Inep**. Censo da Educação Superior 2019. Brasília, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 24 mar. 2022.

LORENZONI, Ionice. **Expansão faz crescer número de matrículas em cursos noturnos**. REUNI, MEC. Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/noticias/37-noticia-destaque/963-expansao-faz-crescer-numero-de-matriculas-em-cursos-noturnos>. Acesso em: 04 abr. 2022.

MARANHÃO, J. D; VERAS, R. M. O ensino noturno na Universidade Federal da Bahia: percepções dos estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online]. 2017. v. 25, n. 96. pp. 553-584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500854>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MARTINS, A. **Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/acb/a/8jQH56v8cDtWGWZ8yZdYjHHQ/?lang=pt>> Acesso em: 21 Fev. 2022

MONTEIRO, M; VALENTE, F. **Um pouco de história**. Jundiaí, SP. 2014. Disponível em: <<https://monteirovalente.com.br/um-pouco-de-historia/>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

MORAIS, K; RODRIGUES, S. **A dificuldade do ingressante no ensino superior para seu ingresso e permanência no curso**. Brasil Escola, 2021.

NEWS. **Pesquisa mostra o perfil do estudante universitário brasileiro**. Porto Alegre, RS. 2020. Disponível em: <<https://revistanews.com.br/2020/05/21/pesquisa-mostra-o-perfil-do-estudante-universitario-brasileiro/>> Acesso em: 24 mar. 2022.

ORTEGA, Eliane Maria V. O ensino médio público e o acesso ao ensino superior. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 23, p. 153-176, jan./jun.2001.

PAULA, M. F. C; VARGAS, H. M. A inclusão do estudante trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 18, n. 2, 2013.

PEDRO, Antonio F. P. **A burocracia está matando o Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://www.dazibao.com.br/site/a-burocracia-esta-matando-o-brasil/#:~:text=O%20cartorialismo%2C%20assim%2C%20C3%A9%20a,no%20seio%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica.&text=O%20cart%C3%B3rio%20aportou%20no%20Brasil,%3A%20reacion%C3%A1rio%2C%20centralizador%20e%20castrador>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

PEDUZZI, P. O mapa do ensino superior aponta maioria feminina e branca. **Agência Brasil**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca#:~:text=O%20estudante%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de,de%20at%C3%A9%20dois%20sal%C3%A1rios%20m%C3%ADnimos.>> Acesso em: 13 abr. 2022.

PORFÍRIO, F. Desigualdade Social. **Brasil Escola**, 2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/amp/sociologia/desigualdade-social.htm>. Acesso em: 19 abr. 2022.

RADAELLI, Andressa; ESTRADA, Adrian. **A Política De Assistência Estudantil Em Uma Universidade Pública: A Perspectiva Estudantil**. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9359>>. Acesso em: 01 Abr. 2022.

RAMALHO, Ludmila Eleonora Gomes. *Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional*. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

SALEIRO, T. A proteção jurídica dos trabalhadores-estudantes. **Legislação**. 2011. Disponível em: < <https://www.educare.pt/opiniao/artigo/ver/?id=39265&langid=1>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SAMPAIO, H. **Evolução do Ensino Superior Brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SAMPAIO, H. **Ensino Superior no Brasil**. O setor privado. Ed. Hucitec, São Paulo, 1999.

SANTOS, Bruno Lima Patrício dos. A representação do REUNI no debate do ensino superior enquanto direito. **Educação em Revista**, v. 10, n. 1, p. 29-44, 2009.

SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 215 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, A.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira – quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TEIXEIRA, A. **O ensino superior no Brasil análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969.

TERRIBILI FILHO, A; NERY, A. C.B. Ensino superior noturno no Brasil: história, atores e políticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 25, n. 1, p. 61-81, já./abr. 2009.

TORRES L; SOUZA A; SOUZA A e ISTOE, R. **Os Desafios da Permanência do Estudante-Trabalhador e do Trabalhador-Estudante na Universidade Federal Fluminense, em Campos dos Goyatacazes (RJ)**. Disponível em: < <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/61858>> Acesso em: 21 Fev. 2022.

UNIT. **A história do vestibular: entenda porque no Brasil é assim**, 2020. Disponível em: < <https://www.unit.br/blog/a-historia-do-vestibular-entenda-porque-no-brasil-e-assim>> Acesso em: 04 Mar. 2022.

VARGAS, H. M. Sem perder a majestade: “profissões imperiais” no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.15, n.28, p.107-124, 2010.

VASCONCELOS, Natália. Programa Nacional de Assistência Estudantil: **uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: Acesso em: 15 jan. 2015.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v.22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/16320788/A_Amostragem_em_Bola_de_Neve_na_pesquisa_qualitativa_um_debate_em_aberto. Acesso em: 07 jul. 2022.

ZAGO, N.; PAIXÃO, L. P.; PEREIRA, T. I. Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 19, n. 27, p. 145–169, 2016. DOI: 10.24934/eef.v19i27.1334. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1334>>. Acesso em: 1 abr. 2022.

ANEXO A – Roteiro de Perguntas

1. Curso e Período.
2. Gênero. (FEMININO, MASCULINO ou OUTRO).
3. Você concluiu seu ensino fundamental e médio em escola pública ou privada? (PUBLICA OU PRIVADA).
4. Por qual motivo você escolheu esta graduação?
5. Você exerce algum tipo de trabalho durante sua graduação? (SIM ou NÃO).
6. Se sim, em qual horário? (MANHÃ, TARDE OU INTEGRAL).
7. Por qual motivo você trabalha?
8. Você se sente prejudicado de alguma maneira por ser um trabalhador-estudante? Se sim, em quais situações?
9. Quais são as suas maiores dificuldades em relação ao curso?
10. Como o trabalho influencia no desenvolvimento do seu curso de graduação?
11. Você é um estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica?
12. Para permanecer na universidade, é preciso algumas condições materiais, como alimentação, moradia, vestimentas, acesso à saúde, etc. Durante sua formação, você apresentou/apresenta dificuldades desse tipo? Quais?
13. Você já pensou alguma vez em desistir do seu curso? Por quê?
14. Você usufruiu de algum auxílio da universidade? Como bolsas institucionais, moradia estudantil, alimentação, saúde, creche, apoio pedagógico, etc.? Se sim, quais?
15. Você acha que esses suportes são suficientes para que sua formação seja facilitada? (SIM ou NÃO).
16. De modo geral, quais são suas dificuldades/desafios enfrentadas (os) por você para permanecer e concluir sua graduação?
17. Quais os diferenciais positivos e negativos de se cursar um curso noturno?

18. E quais os impactos positivos e negativos de ser um trabalhador-estudante em um curso noturno?